

# ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS

## Contrato de Autonomia 3º Relatório Anual de Progresso – 2009/10 (cf. Art. 8º da Portaria nº 1260/2007, de 26 de Setembro)

A estrutura deste relatório traduz uma leitura sequencial e descritiva dos resultados do quadro de indicadores de referência para a verificação do cumprimento dos objectivos operacionais estabelecidos no Contrato de Autonomia para o Desenvolvimento do Projecto Educativo da Escola Secundária de Caldas das Taipas (ESCT), aprovado pela Comissão de Acompanhamento Local (CAL) e que se junta a este documento como anexo 1, após actualização com os dados do segundo ano escolar de vigência daquele contrato – 2009/10.

Neste terceiro relatório, foca-se a questão do cumprimento dos objectivos operacionais estabelecidos no Art. 2º do Contrato de Autonomia. Nesse sentido, entendeu-se ainda juntar informação mais pormenorizada sobre as áreas de relevância superior, possibilitando um escrutínio mais rigoroso dos níveis de desempenho alcançados nas missões de serviço público de maior importância a que a ESCT se comprometeu no Art. 4º do Contrato de Autonomia.

Por outro lado, acrescenta-se ainda a análise da evolução dos resultados face aos verificados no ano anterior. Nesta perspectiva, assume-se uma ambição de melhoria contínua que não se acomoda ao conforto do cumprimento das metas inicialmente traçadas, nos casos em que foram já largamente ultrapassadas. Significa isto que a ESCT, além de pretender cumprir as metas contratualizadas com o Ministério da Educação, tem urgência em antecipar a sua superação, na medida em que isso representa a satisfação do contrato de serviço público que tem perante a comunidade local.

### **I - Objectivos operacionais e compromissos da Escola**

#### ***1 – Combater o abandono desqualificado.***

No que diz respeito ao combate ao abandono desqualificado, nos termos do Contrato de Autonomia, os objectivos operacionais da ESCT mantiveram-se essencialmente focados na intervenção sobre os jovens nela matriculados. No ano de 2009/10, não houve qualquer alívio das condições de sobrelotação, pelo contrário, elas foram ainda agravadas pelas obras de requalificação

que decorreram durante todo o ano lectivo. Todavia, na parte final do ano, perspectivando o usufruto de melhores condições em 2010/11, promoveram-se já algumas iniciativas tendentes à captação de novos públicos para o Ensino Secundário, contribuindo para aumentar a taxa de prosseguimento de estudos secundários entre os jovens do concelho de Guimarães, em convergência com o desígnio nacional de alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos. Em 2007/08, a taxa de captação de primeiras matrículas cifrou-se em 93%<sup>1</sup> (perfazendo um total de 303). Isto é, tendo como referência o total de jovens que concluiu, nesse ano, o 9º ano do Ensino Regular no território de influência da ESCT,<sup>2</sup> logrou-se a matrícula no 10º ano (regular e profissional) de um número de alunos equivalente a 93% daquele total. Em 2008/09, verificou-se um forte aumento das taxas de procura da ESCT, tendo sido efectuadas 379 primeiras matrículas no 10º ano (equivalente a 106% dos alunos que concluíram o 9º ano do Ensino Regular nas referidas escolas). No ano de 2009/10, mesmo com as limitações impostas pelas obras de modernização, não se recusou qualquer matrícula para o Secundário e aquele indicador teve até um ligeiro aumento, fixando-se em 107% (381). No que diz respeito ao ano de 2010/11, parece ganha uma forte aposta no crescimento do Ensino Secundário, potenciando as novas instalações, com aquele indicador a cifrar-se em 116% em resultado de 439 primeiras matrículas no Ensino Secundário.<sup>3</sup> Assim, no ano de 2010/11, a ESCT acolhe 49 turmas, tendo aumentado para mais quatro no Ensino Secundário (três das quais no 10º ano), distribuídas por 13 Cursos. Entretanto, algum atraso e incerteza na entrega da 2ª e 3ª fase das obras levaram a ESCT a adiar para 2010/11 a reabertura de matrículas para o 3º CEB, pelo que não está em funcionamento qualquer turma de jovens desse nível de ensino.

### **1.1 – Garantir taxas de Abandono Escolar Precoce inferiores a 1%.**

Tal como nos anos anteriores de vigência do Contrato de Autonomia, durante o ano escolar de 2009/10 o objectivo foi plenamente atingido já que não se verificou o abandono de qualquer aluno do 3º CEB em idade de escolaridade obrigatória fixando-se novamente o resultado deste indicador em **0,0%**.<sup>4</sup> As estratégias adoptadas para obter este resultado, sustentadas na intervenção dos Directores de Turma, SPO e SASE, visando a sinalização precoce de situações de risco de abandono ao longo do ano, mostraram-se eficazes na manutenção da frequência e/ou, quando pertinente, a inserção noutras

---

<sup>1</sup> Este número não inclui a renovação de matrículas de alunos que abandonaram ou ficaram retidos no 10º ano no ano lectivo anterior, no caso 2006/07, esses são contabilizados como 2ªs matrículas [Cf. anexo 10].

<sup>2</sup> Além da própria ESCT, inserem-se nesse território a E.B. 2,3 das Taipas, a E.B. 2,3 de Briteiros e a E.B. 2,3 Arquelógo Mário Cardoso, sita na vila de Ponte. Todavia, deve referenciar-se a crescente procura por parte de alunos que concluíram o 9º ano noutras escolas do concelho.

<sup>3</sup> Cf. anexo 09.

<sup>4</sup> Cf. anexos 3 e 4.

ofertas formativas. Como veremos adiante, este resultado é ainda valorizado por um aproveitamento final quase pleno e pelo facto de todos terem prosseguido os seus estudos.

### **1.2 – Conter a taxa de Saída Antecipada abaixo de 15%.**

Nesta área obteve-se novamente um resultado muito acima do objectivo inicialmente contratualizado. Assim, na senda das recomendações aprovadas pela CAL, o objectivo tem vindo a ser internamente elevado tendo sido fixado em 3% para 2009/10. Com efeito, verifica-se que, tal como sucedeu com os menores de 15 anos, nenhum aluno com 15 ou mais anos saiu do 3º CEB sem ter concluído o 9º ano. Portanto, a *Saída Antecipada*<sup>5</sup> na ESCT foi, em 2009/10, reduzida a **0,0%** culminando uma melhoria progressiva verificada nos anos anteriores (9 saídas em 2007/08 e 1 em 2008/09).<sup>6</sup>

Cumpre ainda salientar que se manteve a atenção aos abandonos e saídas entre anos lectivos, com especial mobilização do SPO e dos Directores de Turma. Assim, cuidou-se que a única aluna que reprovou no 9º ano fosse matriculada noutra escola (dado o encerramento do 9º ano) e verificou-se que todos os aprovados prosseguiram estudos secundários na ESCT.

### **1.3 – Garantir taxas de abandono escolar durante o ano lectivo inferiores a 15% entre os alunos matriculados no 10º ano.**

O decurso do 10º ano de escolaridade constitui-se como momento crítico para o abandono durante o Ensino Secundário, contribuindo para os elevados índices de Saída Precoce<sup>7</sup> registados no país, na região e no concelho. Nessa medida, a intervenção neste fenómeno representa uma estratégia decisiva de combate ao abandono desqualificado. Na ESCT, no 1º ano de execução do Contrato de Autonomia, o objectivo foi logo alcançado com uma larga margem de superação, uma vez que o abandono escolar durante o ano lectivo, entre os alunos do 10º ano, se fixou em 6,8%.<sup>8</sup> Assim, também aqui, seguindo a proposta da CAL, o desafio passou a ser, mais do que cumprir o objectivo contratualizado com o Ministério da Educação, melhorar o resultado obtido no ano anterior. No que diz respeito a este desafio interno, em 2008/09 este indicador foi melhorado, embora por uma reduzida margem, fixando-se em 6,1%. Em 2009/10 registou-se uma melhoria mais significativa, com o indicador

---

<sup>5</sup> Saída Antecipada - Indivíduos entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar uma oferta formativa, em percentagem daquele grupo etário. No censo 2001, a taxa de saída antecipada era de 24% no Continente, 38% na NUT III Ave e 39% no Concelho de Guimarães. Embora as saídas aqui referenciadas não se enquadrem, de imediato, no indicador censitário, presume-se que a saída do sistema de educação e formação sem completar o nível de referência da escolaridade obrigatória compromete largamente um regresso ao sistema antes de atingir a faixa etária medida pelo indicador censitário.

<sup>6</sup> Cf. anexo 3.

<sup>7</sup> Saída Precoce - Indivíduos entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o 12º ano e não se encontram a frequentar uma oferta formativa, em percentagem daquele grupo etário. No censo 2001, a taxa de saída precoce era de 44% no Continente, 57% na NUT III Ave e 59% no Concelho de Guimarães.

<sup>8</sup> Cf. anexos 5 e 6.

a cifrar-se em **5,2%**, sendo legítimo presumir a consolidação de um patamar de resultados claramente inferior a 10%. Embora estes abandonos do sistema educativo possam vir a contribuir para o indicador censitário de Saída Precoce, como veremos a seguir, os bons resultados mais uma vez obtidos ao nível das taxas de 2<sup>as</sup> matrículas em 2010/11 permitem verificar um número significativo de reingressos.

Numa análise mais pormenorizada, sem qualquer surpresa, a par de um crescimento progressivo do volume de matrículas de alunos que completaram o 3º CEB através de um CEF, acentua-se a presença dessa característica entre os alunos que abandonam no decurso do 10º ano.<sup>9</sup> É, pois, nesse grupo de percurso escolar mais precário, de idade mais desfasada e de vinculação mais frágil a uma escolarização mais prolongada que parece residir o desafio futuro de contenção destes abandonos.

#### **1.4 – Aproximar as taxas de 2<sup>as</sup> matrículas no 10º ano para níveis equivalentes a 100% dos alunos retidos no 10º ano no ano lectivo anterior.**

A retenção no 10º ano compele muitos jovens a sair precocemente do sistema educativo. Assim, no combate à *Saída Precoce* e ao abandono desqualificado, a obtenção de elevadas taxas de reingresso, complementa o objectivo referido no ponto anterior. No ano lectivo de 2007/08, houve 13 alunos que ficaram retidos no 10º ano, tendo-se verificado o reingresso no 10º ano da ESCT de 17 alunos que aqui tinham frequentado esse ano de escolaridade tendo abandonado ou ficado retidos, fixando o resultado neste indicador em 123%.<sup>10</sup> No final de 2008/09, face a 15 retenções no 10º ano, conseguiu-se o reingresso de todos eles no 10º ano de 2009/10 e de mais 4 que haviam abandonado, fixando o resultado em 127%. No final de 2009/10, face a 21 retenções no 10º ano, conseguiu-se o reingresso de todos eles no 10º ano de 2010/11 e de mais 6 que haviam abandonado, fixando o resultado em **129%**. Mais uma vez, a maioria dos reingressos foi concretizada numa oferta formativa diferente daquela em que se havia registado a primeira matrícula no 10º ano. Neste particular, a diversificação de ofertas formativas, designadamente no Ensino Profissional, mostrou-se particularmente atractiva para estes jovens e facilitadora da consecução deste objectivo. Note-se que não são aqui contabilizados os reingressos de alunos vindos de outras Escolas, nem daqueles que tinham abandonado a ESCT antes de 2009/10.

---

<sup>9</sup> A título de indício, no ano de 2008/09 em 24 abandonos do 10º ano, 3 foram de alunos oriundos de CEFs, já em 2009/10, em 21 abandonos, 10 foram de alunos oriundos de CEFs.

<sup>10</sup> Cf. anexo 09.

### **1.5 – Garantir taxas de abandono escolar durante o ano lectivo inferiores a 10%, entre os alunos matriculados no 11º ano.**

No que concerne a este indicador, continua a verificar-se um resultado muito bom, parecendo consolidado um valor a oscilar em torno dos 2%. Com efeito, já no ano lectivo de 2007/08, este objectivo havia sido alcançado num nível muito bom uma vez que o abandono escolar durante o ano lectivo, entre os alunos do 11º ano, se havia fixado em 2,8%. Face à margem de superação então verificada, a proposta da CAL foi no sentido de procurar melhorar esse resultado, o que veio a verificar-se no ano de 2008/09 com um resultado de 1,6%. Em 2009/10, obteve-se um resultado igualmente muito bom – 1,9% (6 alunos).<sup>11</sup> Importa, ainda, registar que dois destes alunos que abandonaram reingressaram no 11º ano em 2010/11 e que todos os alunos que mantiveram a frequência e foram retidos (7) continuam os seus estudos secundários na ESCT, dois deles com reingresso noutra curso.

## **2 – Promover o sucesso escolar.**

A generalidade dos objectivos operacionais estabelecidos para esta área de intervenção foi alcançada. Nesta secção faremos uma breve descrição dos resultados com referência aos indicadores internos e metas estabelecidas no Contrato de Autonomia. Todavia, como veremos, em muitos casos, na sequência das recomendações da CAL, face aos ganhos consolidados já verificados em anos anteriores, foram já internamente adoptados objectivos mais ambiciosos.

Sem prejuízo dos excelentes resultados alcançados, numa análise mais fina, constata-se uma ligeira oscilação nalguns indicadores de sucesso escolar. Condicionada a avaliação e acompanhamento posteriores, esta oscilação de resultados era de algum modo esperada em função das muitas dificuldades e limitações impostas pela convergência de duas ordens de circunstâncias que afectaram o ano escolar de 2009/10. Uma delas é local e circunscrita no tempo e tem que ver com os diversos condicionamentos e dificuldades resultantes do desenvolvimento das obras de requalificação que se estenderam ao longo de todo o ano escolar e muito limitaram as actividades lectivas e não lectivas. A segunda é nacional e passível de verificação cíclica e tem que ver com o facto de 2009/10 ser o ano subsequente a um novo concurso nacional de mobilidade e ingresso de professores, isto é, um ano de grandes alterações no quadro de professores, com as consequentes e inevitáveis necessidades de adaptação dos novos docentes à organização e da organização aos novos docentes. Por outro lado, a oscilação de resultados acima referida pode também ser sinal de que foram levadas aos seus limites potenciais as soluções e estratégias encontradas pela ESCT para enfrentar os desafios que nessa matéria se lhe colocam. Em qualquer caso, já que as variações são muito ligeiras, importa sublinhar que a manutenção destes níveis de resultados deve ser celebrada como um ganho

---

<sup>11</sup> Cf. anexo 7.

muito importante uma vez que também significa a consolidação de um patamar muito acima dos resultados médios nacionais conhecidos.

Entretanto, para possibilitar outras análises comparativas, entendemos juntar a informação de âmbito nacional disponibilizada pelo ME. Note-se que, para análise dos resultados escolares, o ME usava habitualmente o indicador estatístico “*Taxa de Retenção e Desistência*” que agrega indistintamente todos os casos de insucesso escolar (anulação de matrícula, exclusão por excesso de faltas e retenção/reprovação).<sup>12</sup> Todavia, nos últimos dois anos escolares, os dados desse indicador não foram publicados. Entretanto, mais recentemente, no âmbito do **Programa Educação 2015** (PE-2015), foi estruturado um novo indicador, designado *Taxas de Repetência*, destinado a avaliar o grau de sucesso nos diversos anos de escolaridade, relativamente a cada escola, por ano lectivo. Estes indicadores serão também calculados para o nível nacional e de concelho e por ciclos de escolaridade, agregando os resultados de todas as escolas públicas. Os indicadores serão calculados em função da relação percentual entre o número de alunos que não transita para o ano de escolaridade subsequente relativamente ao total de alunos matriculados e avaliados em cada ano de escolaridade. Assim sendo, estes indicadores são iguais aos que temos vindo a usar para aferir as taxas de retenção ou de não conclusão (12º), pelo que passaremos a integrar esses dados nas nossas análises comparativas e, outrossim, usaremos os nossos dados para perspectivar a participação da ESCT no Programa Educação 2015.<sup>13</sup>

### **2.1 – Obter taxas globais de aprovação superiores à da região (NUT II) no 3º ciclo do ensino básico.**

No ano de 2009/10, por via da suspensão das entradas no 7º ano, em consequência dos constrangimentos derivados das obras de requalificação, o 3º CEB foi composto por apenas 3 turmas de jovens do 9º ano. O resultado global de **98,4%** obtido neste indicador está em linha com o do ano anterior e resulta da verificação de apenas uma reprovação. Embora ainda não se disponha de resultados nacionais ou regionais para comparação, os indicadores simétricos referidos pelo PE-2015 apontam para que se trate novamente de um resultado muito acima da média nacional.<sup>14</sup>

Embora ainda não tenhamos conhecimento dos resultados nacionais relativos ao indicador “*Taxa de Retenção e Desistência*” ou ao indicador *Taxa de Repetência* (PE-2015) os resultados obtidos

---

<sup>12</sup> Até ao momento da conclusão deste relatório não são ainda conhecidos os resultados nacionais deste indicador.

<sup>13</sup> Os restantes indicadores de qualidade educativa adoptados pelo Programa Educação 2015 são distintos dos usados pela ESCT, muito embora incidam sobre metas comuns. No que concerne aos resultados de provas e exames nacionais, o Programa vai monitorizar apenas as áreas do Português e da Matemática (no secundário apenas o exame de Matemática A) através das percentagens de alunos com classificações positivas. No que diz respeito ao abandono e saída precoce, o Programa vai monitorizar as taxas de desistência em função da idade (14, 15 e 16 anos).

<sup>14</sup> Cf. anexos 3 e 4.

na ESCT, com 1,6% em ambos os indicadores, será forçosamente bastante melhor que os resultados nacionais globais das escolas do ensino público, tal como nos anos anteriores.<sup>15</sup>

## **2.2 - Garantir taxas globais de aprovação no 10º ano superiores a 85% e superiores a 80% em todos os cursos**

Como noutros casos já referidos, em função de recomendação da CAL, o desafio interno para as metas medidas por este indicador tem vindo a ser progressivamente elevado, face aos ganhos consolidados em anos anteriores.<sup>16</sup> Em 2009/10, registou-se mais um excelente resultado, com uma taxa global de aprovação situada em **94,3%**, muito semelhante, embora ligeiramente abaixo dos dois últimos resultados.<sup>17</sup> Quanto ao segundo objectivo, visando o equilíbrio de resultados em todas as ofertas formativas, logrou-se também um bom resultado em todos os 11 cursos, sendo o mais baixo o do Curso Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias com **88%**.<sup>18</sup>

No momento em que se apresenta este relatório, ainda não foi possível saber resultados nacionais para as escolas públicas do continente que permitam aferir o valor comparativo destes resultados. Em todo o caso regista-se para a ESCT, no 10º ano de 2009/10, um valor de **10,8%** para o indicador “*Taxa de Retenção e Desistência*”.<sup>19</sup> Por outro lado, a *Taxa Global de Retenção no 10º ano da ESCT*, que em 2009/10 se fixou em **5,7%** poderá ser comparada com a homóloga *Taxa de Repetência no 10º ano do PE-2015* que se espera conhecer a breve trecho.

## **2.3 - Garantir taxas globais de aprovação no 11º ano superiores a 93% e superiores a 87% em todos os cursos**

Também no que concerne a estes objectivos, na senda das recomendações da CAL, temos vindo internamente a subir o grau de exigência dos resultados ambicionados. Em 2009/10 estes objectivos foram alcançados com uma taxa global de aprovação de **97,7%** de aprovação no 11º ano, muito ligeiramente abaixo da obtida no ano anterior, mas claramente dentro do objectivo interno (>96%). Os resultados parciais mais baixos fixaram-se em 95% nos Cursos Científico-Humanísticos de

---

<sup>15</sup> Cf. anexo 3. No que concerne à *Taxa de Repetência*, através dos dados do PE-2015, sabe-se agora que em 2008/09 os resultados nacionais foram: 8º ano - 11,9% (0% na ESCT), 9º ano - 14,1% (0% na ESCT); e 3ºCEB - 14,9% (0% na ESCT). No que diz respeito à *Taxa de Retenção e Desistência*, recorda-se, para o último ano (2007/08) de que são conhecidos os resultados nacionais que o indicador para o 3ºCEB se fixou em 14,7% (13,8% na ESCT).

<sup>16</sup> Para 2009/10 apontou-se internamente para valores superiores a 92% e a 87%, respectivamente, subindo em 2% os valores fixados para o ano anterior.

<sup>17</sup> Em 2007/08 o resultado neste indicador foi de 95,3% e em 2008/09 foi de 95,6%.

<sup>18</sup> Cf. anexo 6.

<sup>19</sup> Cf. anexo 5. Todavia, os dados já publicados no âmbito do PE-2015 permitem-nos comparar agora os resultados de 2008/09, em que a *taxa de retenção no 10º ano da ESCT* foi de 4,4% e a homóloga *taxa de repetência no 10º ano das escolas públicas* calculada pelo PE-2015 foi de 17,8%.

Ciências e Tecnologias e de Línguas e Humanidades, aliás, os únicos dos 9 cursos onde se verificaram reprovações, pelo que o objectivo fixado internamente (>91%) também foi superado.<sup>20</sup>

Como nos casos anteriores, até ao momento, não foi possível obter os resultados médios nacionais do indicador *Taxa de Retenção e Desistência* para o 11º ano, por isso, fica apenas o registo de um valor de 4,1% para a ESCT.<sup>21</sup> Por outro lado, a *Taxa Global de Retenção no 11º ano* da ESCT, que em 2009/10 se fixou em **2,3%** poderá ser comparada com a homóloga *Taxa de Repetência no 11º ano* do PE-2015 que se espera conhecer a breve trecho.<sup>22</sup>

#### **2.4 – Garantir taxas de conclusão do 12º ano dos cursos qualificantes superiores a 85%.**

No ano de 2009/10 este objectivo foi alcançado por uma larga margem, tendo o resultado do indicador ficado em **96,7%**.<sup>23</sup> Obeve-se, assim, uma nova melhoria num indicador em que o primeiro resultado (83,5% em 2007/08) tinha ficado abaixo do desejado, consolidando a melhoria já registada em 2008/09 (94,7%) e superando também o valor fixado internamente para 2009/10 (>93%).

Este resultado voltou a ser melhor que o registado entre os alunos dos Cursos Científico-Humanísticos, que se cifrou em apenas 73,2%. Globalmente, entre os finalistas da Escola, incluindo os que estiveram a frequentar disciplinas atrasadas de anos anteriores, a taxa de diplomados fixou-se em **81,9%**, correspondendo a mais **203 novos diplomados com o 12º ano**. Neste número não foram contabilizados quatro outros alunos que anularam toda a matrícula antes do final do ano lectivo ou não estiveram matriculados, com os quais se fez um total de 207 jovens habilitados com o 12º ano.<sup>24</sup>

Faltando ainda conhecer os resultados nacionais, fica o registo da *Taxa de Retenção e Desistência* no 12º ano de **21,0%** calculada para a ESCT, valor um pouco acima dos anos anteriores (19,6% em 2008/09 e 20,5% em 2007/08).<sup>25</sup> Por outro lado, a *Taxa Global de Retenção no 12º ano* da ESCT, que em 2009/10 se fixou em **18,1%** poderá ser comparada com a homóloga *Taxa de Repetência no 12º ano* do PE-2015 que se espera conhecer brevemente.<sup>26</sup>

---

<sup>20</sup> Cf. anexo 7.

<sup>21</sup> Cf. anexo 5.

<sup>22</sup> Cf. anexo 5. Entretanto, os dados já publicados no âmbito do PE-2015 permitem-nos comparar agora os resultados de 2008/09, em que a *taxa de retenção no 11º ano da ESCT* foi de 2,1% e a homóloga *taxa de repetência no 11º ano* das escolas públicas calculada pelo PE-2015 foi de 11,5%.

<sup>23</sup> Cf. anexo 8.

<sup>24</sup> A discrepância para o número calculado pela MISI (anexo 12) explica-se pela diferente contagem de alunos finalistas que estiveram a frequentar disciplinas atrasadas e a concluir os respectivos cursos em ano não terminal.

<sup>25</sup> Cf. anexo 5.

<sup>26</sup> Também neste caso, os dados já publicados no âmbito do PE-2015 permitem-nos comparar agora os resultados de 2008/09, em que a *taxa de retenção no 12º ano da ESCT* foi de 16,8% e a homóloga *taxa de repetência no 12º ano* das escolas públicas calculada pelo PE-2015 foi de 33,1%.



## **2.5 – Obter nos exames nacionais, entre os alunos internos dos cursos orientados para o prosseguimento de estudos, médias de exame superiores às médias nacionais.**

Nos cursos Científico-Humanísticos, os resultados dos Exames Nacionais obrigatórios são críticos para o sucesso escolar dos alunos e para os seus percursos académicos. Nesse sentido, ao observar este indicador monitoriza-se o aspecto mais determinante do percurso escolar destes alunos, quer no nível secundário, quer para a continuação do seu percurso académico. Globalmente, o desempenho nos exames nacionais foi positivo em termos absolutos (média global de 106,8 em 200) e situou-se genericamente acima dos resultados nacionais.

Em 2009/10, os alunos internos da ESCT realizaram exames nacionais obrigatórios em 11 disciplinas (mais duas que no ano anterior). Nesse conjunto, a média obtida foi positiva em oito disciplinas e negativa em três. A nível nacional, a média negativa verificou-se nas mesmas três disciplinas (Física e Química A, Biologia e Geologia e Geometria Descritiva A). Comparando as médias obtidas, disciplina a disciplina, verifica-se que a ESCT teve **médias superiores às nacionais em 6 casos** (Português, Matemática A, História A, Física e Química A, Literatura Portuguesa e Matemática Aplicada às Ciências Sociais) e **médias inferiores às nacionais em 5 casos** (Biologia e Geologia, Geometria Descritiva A, Economia A, Geografia A e Matemática B).<sup>27</sup> Comparativamente com 2008/09, este resultado é superior, já que nesse ano as diferenças negativas tinham predominado. Com excepção da Matemática Aplicada às Ciências Sociais, para mais, e da Geometria Descritiva A, para menos, onde as diferenças foram muito pronunciadas, nas restantes situações as diferenças são pequenas. Entre as disciplinas com diferença negativa contam-se duas em que não havia experiência anterior, assinalando-se na de Geometria Descritiva A um resultado muito negativo.

Em suma, o objectivo foi atingido na maioria dos casos, mas ainda não plenamente superado.

## **2.6 – Garantir taxas de empregabilidade a 6 meses e 1 ano superiores à média global obtida nas escolas do ensino regular da região (NUT II), entre os diplomados dos cursos qualificantes.**

A monitorização deste indicador mostra-se de difícil concretização, quer pela dificuldade de obter dados locais, quer pela dificuldade de obter dados regionais. Todavia, procurar-se-á executar a recolha retrospectiva de dados que permita, ainda que apenas a nível local, dispor de um histórico que sirva de referencial para o futuro.

---

<sup>27</sup> Cf. anexo 10.

## **2.7 – Promover a paridade de matrículas em cursos de prosseguimento de estudos e em cursos qualificantes de nível secundário até 2010/11.**

Nos últimos anos, o volume de matrículas nos cursos qualificantes parece ter estabilizado em termos absolutos (cerca de 160 alunos e 7 turmas). Paralelamente, verificou-se um aumento das matrículas nos Cursos Científico-Humanísticos (aumento de 9 para 12 turmas no ano lectivo de 2010/11). Ou seja, o objectivo da paridade está agora mais distante, uma vez que as novas matrículas para 2010/11 apresentam uma distribuição de 65% para os Cursos Científico-Humanísticos (CH) e de 35% para os Cursos Profissionais (CP).<sup>28</sup> No final de 2009/10, foram lançados em oferta 9 cursos, mantendo-se a ESCT como a escola que maior variedade de cursos e maior número de turmas tem em funcionamento, entre as escolas do concelho. A diversificação da oferta formativa da ESCT tinha como objectivo primordial contribuir para o aumento da taxa de prosseguimento de estudos entre os jovens do seu território de influência. Assim, apesar de este indicador não evoluir como esperado, resta o conforto de estarem a subir de forma muito notória e sustentada as matrículas no Ensino Secundário, antecipando um desígnio nacional de alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos.

## **2.8 – Obter a colocação de mais de 85% dos candidatos à 1ª fase do concurso de acesso ao ensino superior público ou, pelo menos, um valor superior à média que em cada ano for obtida no conjunto das escolas do actual Agrupamento de Exames de Guimarães.**

Em termos de valor absoluto, este objectivo foi plenamente atingido. Na 1ª fase do concurso de acesso ao ensino superior público **foram colocados 95% dos candidatos da ESCT**,<sup>29</sup> valor bem acima do objectivo ou dos 88% de colocados a nível nacional.<sup>30</sup> Este resultado afirma a eficácia de uma estratégia bem montada e implementada de informação e apoio às candidaturas promovida pelos Directores e de Turma e pelo SPO, justificando o investimento feito na sua constituição com origem no Contrato de Autonomia. Com efeito, a existência deste recurso especializado, conjugado com o planeamento e execução de um conjunto de acções tendentes a prevenir candidaturas mal sucedidas e com um investimento muito forte na assistência e incentivo ao uso do processo de candidatura *on-line*, teve como corolário a obtenção do melhor resultado de sempre na taxa de sucesso nas candidaturas.

## **3 – Incrementar a qualidade do uso dos tempos escolares.**

Nesta área de intervenção, a maior parte dos objectivos operacionais estão dependentes da resolução dos problemas de sobrelotação da ESCT, do funcionamento em regime normal e da disponibilidade de equipamentos e espaços específicos hoje inexistentes. Consequentemente, tal como

---

<sup>28</sup> Cf. anexo 09.

<sup>29</sup> Cf. anexo 11.

<sup>30</sup> Valor divulgado pelo MCTES em nota à imprensa. Entretanto, ainda não foi possível obter o resultado do Agrupamento de Exames de Guimarães.

nos anos anteriores, neste relatório anual de progresso relativo a 2009/10 não nos vamos debruçar sobre os indicadores de monitorização referenciados com os números 3.3, 3.4 e 3.5.

Contudo, cumpre registar que 2009/10 foi o ano de desenvolvimento pleno das obras de modernização, mas também de acumulação de atrasos sucessivos na conclusão das suas fases intermédias e, conseqüentemente, do uso esperado das novas instalações. Ao contrário do que estava inicialmente planeado, foi necessário libertar antigas instalações, nomeadamente salas de aula, sem que as novas estivessem concluídas. Conseqüentemente, grande parte do ano escolar foi passada em espaços adaptados ao funcionamento mínimo das aulas. Ou seja, quase sem disponibilidade para outras actividades de apoio ao ensino e à aprendizagem, que não fosse a Biblioteca e a Sala de Estudo.

Ainda assim, em 2009/10, foram oferecidos 1934 tempos de *Apoio na Sala de Estudo* por docentes de diversas áreas disciplinares, 845 tempos através de aulas de *Apoio e Orientação Educativa* pelos DT; 827 tempos de *Apoio à Pesquisa Bibliográfica Orientada* na Biblioteca por uma equipa constituída por docentes de diversas áreas disciplinares; e 6.014 tempos em *Apoios Individualizados ou em Pequeno Grupo* pelos docentes titulares das respectivas disciplinas/turmas, visando o reforço das aprendizagens e a superação de dificuldades identificadas em contexto de aula.

Entre o final do ano lectivo e as datas dos exames, concretizou-se, ainda, o habitual *programa de sessões de preparação para os exames nacionais* destinado aos alunos internos. No conjunto, estes programas direccionados para os exames proporcionaram um volume de 2.346 horas de apoio (nº de horas x nº de alunos).

Na área da educação de adultos, importa também deixar nota de um total de 1.332 tempos de atendimento individualizado, para apoio ao desenvolvimento dos portefólios individuais.

Entretanto, apesar de fortemente condicionados pela inexistência de salas de aula livres, fazendo uso das competências próprias reconhecidas no Contrato de Autonomia, foi mantido o sistema de permuta, transferência e reposição de aulas que permitiu aos docentes assegurar o cumprimento integral de todos os planos de formação e a prestação plena do serviço de aulas, mesmo nos casos em que a perda de aulas foi motivada por dificuldades que são responsabilidade da administração central e regional, concretamente no que diz respeito a atrasos na colocação de docentes.

### **3.1 – Garantir taxas de aulas previstas e ministradas superiores a 96% em todos os anos.**

Este objectivo foi plenamente atingido, tendo aquela meta sido claramente superada em todos os anos de escolaridade, ficando o valor global situado em 99,6%.<sup>31</sup> Este valor ultrapassa o dos anos anteriores, em linha com a elevação do objectivo na senda das recomendações da CAL. Aliás, importa

---

<sup>31</sup> Cf. anexo 13.

salientar o valor deste resultado, num contexto de forte condicionamento das aulas pelas limitações impostas pela entrada em obras das instalações existentes e pelo atraso na entrega de novas instalações, apenas parcialmente atenuado pela disponibilização de salas em monoblocos. Deve também registar-se que foi compensada uma parte substancial das aulas perdidas por motivos não imputáveis aos docentes, nomeadamente os atrasos nas colocações ou substituições de professores. Em balanço final, podemos dizer que das 62.705 aulas ou sessões de formação previstas apenas ficaram por leccionar 250 (0,4%).

### **3.2 – Garantir taxas de aulas previstas e ministradas superiores a 95% em todas as disciplinas/turmas e superiores a 98% em todas as disciplinas sujeitas a exames nacionais.**

O objectivo foi atingido num patamar elevado em ambos os casos. Num conjunto de 406 disciplinas/turmas não sujeitas a exame nacional cerca de **96%** (390) realizaram mais do que 95% das aulas previstas. Aliás, na esmagadora maioria dos casos (91%) foi atingido ou até superado o pleno de 100% de aulas leccionadas. São, também, em maior número os casos em que essa marca foi superada (57) do que naqueles em que o objectivo inicial não foi cumprido (16).

Por outro lado, no conjunto das 94 disciplinas/turmas de todos os anos de escolaridade que, no seu ano terminal, são sujeitas a exame nacional obrigatório, o objectivo de garantir mais de 98% de aulas leccionadas foi atingido em menor grau, isto é, em cerca de **88%** dos casos (83), verificando-se 11 casos abaixo do desejado, embora nenhum deles se tenha verificado nos anos terminais (9º e 12º). Estes resultados representam também uma ligeira melhoria dos verificados no ano anterior.

## **4 – Promover a igualdade de oportunidades.**

Esta área de intervenção é central para a missão de serviço público da ESCT. Na verdade, como temos afirmado, mesmo que consiga ser uma excelente Escola, a ESCT só será uma excelente Escola Pública se atingir os objectivos de promoção da equidade e da igualdade de oportunidades. Esta missão tem sido bem sucedida e, até, merecido reconhecimento externo. A este propósito, remetemos o leitor interessado para o relatório do Conselho Nacional de Educação “*Estado da Educação 2010. Percursos Escolares*”,<sup>32</sup> que integra um estudo de caso sobre a ESCT em que se destacam aquelas características. Nesse sentido, importa continuar a verificar o cumprimento do compromisso assumido pela ESCT no Contrato de Autonomia, no sentido de promover a integração

---

<sup>32</sup> Cf. Conselho Nacional de Educação. *Estado da Educação 2010. Percursos Escolares*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, 2010.

dos mais desfavorecidos e de se orientar por critérios de melhoria da igualdade de oportunidades, de não discriminação e de promoção da coesão social.<sup>33</sup>

#### **4.1 – No que diz respeito aos jovens, garantir entre os mais desfavorecidos níveis de realização dos objectivos e metas definidas nos números anteriores iguais ou superiores aos dos restantes alunos.**

Conforme estabelecido, tal como nos anos anteriores, para aferição dos resultados obtidos, procedemos à desagregação e comparação dos indicadores relativos ao abandono e ao sucesso escolar, contando o número de casos em que o grupo dos alunos mais desfavorecidos teve um resultado superior, igual ou inferior ao do conjunto dos alunos da Escola.

No que diz respeito ao **objectivo 1.1**, tal como no universo de alunos do 3º CEB, também **não houve abandonos entre a população AASE** desse nível de ensino, mantendo os excelentes resultados de 2007/08 e de 2008/09.<sup>34</sup>

No **objectivo 1.2** a *saída antecipada durante o ano lectivo* na população AASE foi também de **0,0%**, como no grupo geral.<sup>35</sup> O mesmo resultado se verificou no indicador final *Taxa de Saída Antecipada*. Em síntese o combate ao *Abandono Escolar Precoce* e à *Saída Antecipada* entre a população AASE registou o máximo resultado que pode ser alcançado – **taxas nulas**.

O **objectivo 1.3**, relativo ao *abandono escolar durante o ano lectivo, entre os alunos do 10º ano*, quedou-se na população AASE desse ano de escolaridade por um resultado inferior ao do total de alunos do 10º ano (6,2% vs 5,2%).<sup>36</sup> A este propósito assinala-se o impacto de alguns casos de alunos que saíram da Escola por emigração da família motivada pela procura de emprego no estrangeiro.

Relativamente ao **objectivo 1.4** os nove alunos pertencentes à população AASE que haviam reprovado em 2009/10 estão matriculados em 2010/11, tendo ainda sido recuperados quatro alunos que haviam anulado a matrícula ou sido excluídos por excesso de faltas durante o ano escolar, fixando o resultado parcelar em **144%**, ou seja, bastante acima do resultado obtido no total dos alunos do 10º ano (144% vs 129%).

No 11º ano, o **objectivo 1.5** de contenção do abandono durante o ano lectivo foi cumprido entre a população AASE com um desempenho ligeiramente mais baixo que no conjunto total (**2,1%** vs 1,8%).<sup>37</sup>

Finalmente, se tivermos em conta que no 12º ano a população AASE teve um nível de abandono ao longo do ano lectivo igual ao da população total (**3,4%**), podemos afirmar que, no nível de

---

<sup>33</sup> Cf. nº 6 do Art. 4º do Contrato de Autonomia.

<sup>34</sup> Cf. anexo 3.

<sup>35</sup> Cf. anexo 3.

<sup>36</sup> Cf. anexos 5 e 6.

<sup>37</sup> Cf. anexos 5 e 7.

ensino secundário, os objectivos de combate ao abandono desqualificado foram alcançados, com grande sucesso (4,1%), entre a população de alunos que beneficiaram de auxílios económicos da ASE, embora num patamar ligeiramente inferior ao alcançado no geral (3,6%).<sup>38</sup>

No que concerne aos objectivos de sucesso escolar, tal como nos anos anteriores, a população de alunos que beneficiou de auxílios económicos da Acção Social Escolar (AASE), obteve resultados melhores que a população discente em geral.

Assim, quanto ao **objectivo 2.1**, a população AASE do 3º CEB obteve a taxa máxima de aprovação - **100,0%**, sendo a taxa geral de 98,4%.<sup>39</sup>

No que toca às taxas de aprovação no nível secundário, na comparação entre as taxas específicas da população AASE e as do universo de alunos, verifica-se, para cada um dos anos, o seguinte: no 10º ano – **95,3%** vs 94,3%; no 11º ano - **98,3%** vs 97,7%; no 12º ano - **84,8%** vs 81,9% e no conjunto do Ensino Secundário – **93,6%** vs 92,1%. Isto significa que os **objectivo 2.2 e 2.3** foram claramente atingidos com sucesso completo ao nível da equidade e da promoção da igualdade de oportunidades. Cumpre ainda salientar que mais de metade (117 em 207) dos novos diplomados com o 12º ano foram alunos apoiados pela Acção Social Escolar. Assim, pode afirmar-se com clareza que **foi novamente obtido um excelente resultado ao nível das taxas de aprovação da população AASE que frequentou o Ensino Secundário**.<sup>40</sup>

No que se refere ao **objectivo 2.4**, a população AASE de alunos finalistas do ensino secundário (52 alunos) obteve uma taxa de conclusão de **98,1%**, também acima do resultado geral de conclusão de sucesso na conclusão dos cursos qualificantes (96,7%).<sup>41</sup>

No que diz respeito ao indicador de paridade de ingressos em ofertas gerais e ofertas qualificantes (**objectivo 2.7**), analisados os dados da ASE disponíveis sobre as novas matrículas realizadas no ano de 2009/10 para frequência do ano escolar de 2010/11, verifica-se que o rácio de matrículas nos  *cursos de prosseguimento de estudos (CPE) e nos cursos qualificantes (CQ) ficou mais perto do objectivo que no conjunto dos alunos do 10º ano. Assim, entre a população AASE a distribuição existente aponta para **58,1% nos CPE e 41,9% nos CQ**. Todavia, acompanhando a tendência geral, também se verificou uma regressão relativa da procura de cursos qualificantes entre a população AASE.*

Finalmente, no que diz respeito à taxa de colocação no ensino superior (**objectivo 2.8**), entre a população AASE verificou-se que 48 dos 51 candidatos foram colocados (**94,1%**), o que corresponde a uma taxa de colocação ligeiramente abaixo da média geral da ESCT (95%) mas, também, bastante

---

<sup>38</sup> Cf. anexos 5 e 8.

<sup>39</sup> Cf. anexo 3.

<sup>40</sup> Cf. anexos 5 a 8.

<sup>41</sup> Cf. anexo 8.

acima das obtidas pela população AASE nos anos anteriores (91,1% em 2007/08 e 91,2% em 2008/09).

Em suma, para o **indicador 4.1**, que foi estruturado para observar o cumprimento de um compromisso de promover a igualdade de oportunidades, conclui-se que **a população AASE da ESCT teve resultados iguais ou superiores aos obtidos pelo universo de alunos jovens em 8 dos 11 objectivos específicos que integram aquele indicador** (1.1, 1.2, 1.4, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.7), estando os primeiros relacionados com o combate ao abandono e os ligados à promoção do sucesso escolar. O inverso ocorreu em apenas três daqueles objectivos (1.3, 1.5 e 2.8). Porém, mesmo nestes casos, importa salientar que os resultados específicos obtidos superam largamente o objectivo geral definido, não devendo, por isso, deixar de ser tomados como um sucesso relevante.

**Em síntese deste importante ponto, podemos afirmar que a ESCT está a cumprir com excelente desempenho a missão de promover a igualdade de oportunidades, logrando resultados muito relevantes de sucesso e combate ao abandono desqualificado, quando comparados com as médias nacionais, numa escola que, em 2009/10, teve uma população discente apoiada pelos auxílios económicos da Acção Social Escolar que abrangia 54,6% dos alunos jovens matriculados no ensino secundário e 60,1% dos matriculados no 3º ciclo.**

#### **4.2 – No que diz respeito aos adultos, aproximar, até 2010/11, o número de certificações de adultos do número de certificações de jovens realizado em cada ano escolar.**

No período correspondente ao ano escolar 2008/09 a ESCT concluiu **270 novas certificações de jovens** (63 com o 3º Ciclo do Ensino Básico e 207 com o nível Secundário). No mesmo período concluiu-se a **certificação de 234 adultos**: através de CEFA, foram certificados 14 adultos com o nível básico de 2º ciclo, 13 com básico de 3º ciclo e 16 com o nível secundário; através de processos de RVCC, foram certificados 3 adultos com o nível básico de 1º ciclo, 36 com o nível básico de 2º ciclo, 112 com o nível básico de 3º ciclo e 40 com o nível secundário.<sup>42</sup>

Tratando-se de um indicador de convergência, cujo rácio para 2009/10 se calcula em **87%**, em rápida evolução desde que foi estabelecido (58% em 2007/08 e 76% em 2008/09).

Entretanto, visando dar seguimento ao compromisso assumido pela ESCT<sup>43</sup>, além das oportunidades de formação formal que resultaram naquelas certificações de adultos e estão a contribuir para muitas outras, importa registar a diversificação de ofertas de formação através de parecerias com entidades formadoras externas que proporcionaram a realização, na ESCT, de 20 Formações Modulares Certificadas de curta duração (50 horas cada), para um total de 350 formandos,

<sup>42</sup> Cf. anexo 14.

<sup>43</sup> Cf. nº 7 do Art. 4º do Contrato de Autonomia.

correspondendo a 16.250 horas de formação de adultos. Neste sentido, pode afirmar-se que o trabalho do CNO da ESCT, tem, para além da valência de reconhecimento e validação de competências da população adulta, um trabalho intenso ao nível da formação e da promoção da aquisição de novas competências pelos adultos da região. Note-se que este tipo de trabalho é ainda complementado com a operacionalização dos protocolos de encaminhamento de adultos para a frequência de Cursos EFA noutras escolas e instituições a actuar no território.

## **5 – Qualificação dos recursos humanos internos.**

Nesta área de intervenção registaram-se algumas novas melhorias, no que concerne ao pessoal não docente, mas também algum retrocesso, na área do pessoal docente, por via das movimentações resultantes do concurso nacional de professores. Por outro lado, a quase suspensão da formação contínua promovidas pelos Centros de Formação de Associações de Escolas teve um forte impacto no volume de formação contínua proporcionada pela ESCT aos colaboradores internos.

### **5.1 – Apoiar a formação especializada ou pós-graduada dos recursos humanos docentes, tendo em vista atingir, até 2010/11, a qualificação acrescida de, pelo menos, um terço do corpo docente.**

Em 2009/10 a percentagem de profissionais docentes com qualificações acrescidas a uma licenciatura caiu para **12,9%**, em resultado de saídas associadas ao concurso nacional de professores. Entretanto, há vários docentes do quadro a frequentar mestrados ou doutoramentos, pelo que o indicador poderá ser significativamente melhorado até ao final do prazo previsto.

### **5.2 - Apoiar o reforço das qualificações escolares do pessoal não docente, tendo em vista atingir, até 2010/11, a qualificação acrescida com, pelo menos, mais um nível de ensino não superior face à situação actual.**

No final do ano de 2009/10, está realizado em cerca de **79%** o objectivo de reforçar as qualificações escolares do Pessoal Não Docente (PND) que não detinha o 12ºano. Com efeito, nesse conjunto de 24 colaboradores, verifica-se já um acréscimo de 19 níveis de ensino relativamente a que se registava no final de 2006/07.<sup>44</sup> A maior parte dos acréscimos de qualificação fizeram-se através de ofertas próprias da ESCT (EFA e RVCC), envolvendo adaptação de horários de trabalho, prioridade na inserção em processos formativos e outros incentivos.

Entretanto, nestes três anos de execução do Contrato de Autonomia, o perfil de qualificações do PND com vínculo à ESCT foi profundamente alterado, muito por via de novas valências, como o CNO ou o SPO. Por outro lado, em 2006/07 havia cerca de 55% de colaboradores não docentes com habilitações de 1º ou 2º ciclo, essa proporção desceu para 29% no final de 2007/08, para cerca de 13%

---

<sup>44</sup> Cf. anexo 15.



no final de 2008/09 e para 9% no final de 2009/10.<sup>45</sup> Contudo, importa sublinhar que entre os Técnicos Superiores, a maior parte mantêm-se com vínculos a termo certo.

### **5.3 - Investir na qualificação técnica e tecnológica de todos os recursos humanos internos, nomeadamente no uso dos recursos digitais e dos meios informáticos pertinentes para o desempenho das suas funções.**

Este objectivo continuou afectado pela escassez da oferta do sistema de formação contínua creditada e financiada pelo FSE e promovida pelos Centros de Formação de Associações de Escolas. Apenas na parte final do ano de 2009/10 teve arranque um volume significativo de acções do Plano Tecnológico da Educação, todas dominadas pelo uso dos Quadro Interactivos. Efectivamente, o maior volume de formação de Pessoal Docente acabou por ser promovido pela ESCT com a colaboração do CIEJD. Embora se saiba que vários docentes obtiveram formação contínua por outras vias, não pode deixar de lamentar-se a escassa oferta enquadrada pela ESCT envolvendo **apenas 851 horas de formação contínua de Pessoal Docente e 470,5 horas de formação de Pessoal Não Docente.**

Naturalmente, não estão aqui contabilizados os tempos de formação realizados, em especial, pelos docentes, por sua iniciativa, noutros centros de formação. Em todo o caso, por falta de meios do CFAE de que é associada, agravou-se o afastamento da ESCT em relação ao planeamento e apoio ao desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, perdendo um importante instrumento de gestão estratégica dos seus projectos de desenvolvimento.

### **5.4 - Diversificar e complementar as competências humanas existentes, através do recrutamento ou aquisição de serviços de outros técnicos cujos contributos se julguem pertinentes para o desenvolvimento da missão da Escola, com prioridade para um Psicólogo, um Assistente Social e um Animador Cultural.**

Nesta área de intervenção, e directamente derivado do Contrato de Autonomia, em 2009/10 após autorização superior, procedeu-se à reconstituição do SPO com a contratação de uma Psicóloga e uma Assistente Social. Apesar de autorizado, abdicou-se de contratar um Técnico Superior para a área da Animação Sociocultural, uma vez que as condições precárias de funcionamento da Escola e as limitações das instalações dificilmente permitiriam aproveitar suficientemente esse recurso. Entretanto, com a entrada em uso das novas instalações e na posse da competente autorização, conta-se proceder a essa contratação a partir do início de 2011.

Assim, podemos reiterar a afirmação de que está em curso a diversificação dos recursos humanos da Escola estabelecida no Contrato de Autonomia. Contudo, **não podemos deixar de manifestar uma grande frustração pela falta de uma solução legal para a estabilização dos**

---

<sup>45</sup> Cf. anexo 15.

respectivos vínculos laborais ou, pelo menos, a concessão da possibilidade de proceder à sua renovação anual no caso do SPO, evitando sucessivas interrupções de funções.

## **II - Compromissos do Ministério da Educação.**

No que concerne aos compromissos do Ministério da Educação (ME), 2009/2010 foi o ano em que se concretizou a maior parte da intervenção de modernização da ESCT, no âmbito da 2ª Fase do Programa de Modernização das Escolas Secundárias conduzido pela Parque Escolar, E.P., através da qual deverá ser assegurada a resolução dos problemas de sobrelotação da ESCT e garantido o seu funcionamento futuro em regime normal; a requalificação dos espaços, estruturas e equipamentos existentes; e a construção de funcionalidades inexistentes, como o Pavilhão Gimnodesportivo ou o Auditório.<sup>46</sup>

Em 2009/10, foi atempadamente recebida autorização do Senhor Director Regional de Educação do Norte para a contratação dos Técnicos Superiores necessários à reconstituição do SPO para o ano de 2010/11.<sup>47</sup> Contudo, nesta matéria, ao lamento já feito no relatório anterior e ao pedido de criação de um mecanismo que permita a prorrogação destes contratos, nos casos em que isso seja do interesse de ambas as partes, deve agora acrescentar-se um sentimento de frustração pelo alheamento das estruturas centrais do ME para esse e outros problemas da mesma ordem.

Em 2009/10, foi pedido o reforço orçamental resultante da conversão em equivalente financeiro da possibilidade de proceder à contratação de meios humanos adicionais para apoio à equipa de gestão ou para dinamização de projectos, relativa ao ano de 2008/09. Face ao arrastamento da decisão e às condicionantes de natureza financeira que normalmente advêm da execução orçamental em final de ano económico, a verba correspondente não foi transferida ficando como contrapartida de outros adiantamentos recebidos durante o ano económico de 2009.

Como nota mais negativa e a exigir rápida intervenção normativa, persiste o grave problema do recrutamento de recursos humanos docentes por contratação de escola. Mais uma vez, não nos foi permitida a prorrogação dos vínculos dos docentes contratados cuja necessidade se mantinha, nem sequer da antecipação do período de abertura dos processos de recrutamento. Apesar de todos os alertas e consequências negativas já reportadas no ano anterior, decorreu mais um ano sem que as estruturas centrais do ME cuidassem de encontrar uma solução sustentável para este problema. Consequentemente, o arranque do ano lectivo de 2010/11 foi fortemente perturbado pelo arrastamento dos procedimentos de contratação e por um desmesurado investimento de tempo e recursos humanos

---

<sup>46</sup> Cf. nºs 2.1 a 2.7 do Art. 5º do Contrato de Autonomia.

<sup>47</sup> Um Psicólogo, um Assistente Social e um Animador Sociocultural. Cf. nº 3 do Art. 5º do Contrato de Autonomia.

nessa tarefa – foram executados perto de 50 processos de recrutamento. As aulas tiveram sem professores colocados em muitas disciplinas e os trabalhos de lançamento do ano lectivo decorreram sem a presença dos docentes contratados, que representam cerca de um terço dos docentes em exercício de funções. A este propósito cumpre reiterar a vontade de não abdicar da competência para seleccionar localmente estes docentes. O que se exige, sob pena de as Escolas com Contrato de Autonomia estarem a ser gratuitamente flageladas e, até, negativamente discriminadas pela Administração Central, é a possibilidade de acesso a um mecanismo de renovação dos contratos a termo certo, de forma a garantir maior estabilidade do corpo docente não permanente e de rentabilizar o maior esforço investido nos processos de recrutamento local.

Contudo, em primeiro lugar, o que se lamenta profundamente é a total ausência de *feed-back* das estruturas centrais do ME, porque da estrutura regional ele nunca faltou, num aparente alheamento total, não só em relação às questões reportadas no anterior relatório anual de progresso, como às preocupações de viva voz manifestadas noutras oportunidades. Fica ainda o registo de que, tanto quando sabemos, essas preocupações são transversais e a todas as Escolas com Contrato de Autonomia.

Reitera-se pois que, ao remeter as ofertas nos Grupos de Recrutamento para depois do concurso nacional, estas Escolas são privadas do concurso dos docentes mais experientes e graduados e, muito particularmente, de muitos daqueles que entretanto nelas haviam colaborado, por terem sido colocados noutras escolas, uma vez que lhes foi vedado o acesso a estas.<sup>48</sup> Por outro lado, no caso concreto da ESCT, que não será único, os processos de recrutamento revelaram-se muito difíceis de levar a termo, pela falta de fiabilidade do perfil habilitacional dos candidatos; por via de um elevado nível de ausência dos candidatos às entrevistas de avaliação curricular que integram a fase final do processo adoptado nesta Escola; e pelo elevado número de recusas após a chamada à contratação.

**Insiste-se, portanto, reiterando a defesa do aprofundamento das competências locais de recrutamento directo de professores, que importa acautelar fórmulas jurídicas que confirmem sustentabilidade e estabilidade aos vínculos laborais resultantes dos processos de recrutamento por contratação de escola e garantam a absoluta necessidade de possibilitar a prorrogação dos contratos dos docentes que se mantenham necessários.**

Insiste-se também, que está demonstrado à sociedade, que a excessiva informalidade do processo de registo de candidatos, sem qualquer validação prévia por parte de entidade competente,

---

<sup>48</sup> Tenha-se presente que apesar de ser exigido o reporte das necessidades das Escolas com Contrato de Autonomia, elas não são postas a concurso, ficando apenas a DGRHE com elas em carteira para eventuais afectações de docentes sem componente lectiva noutras escolas ou para destacamentos por condições específicas de doença.

afecta gravemente a fiabilidade dos dados relativos aos requisitos habilitacionais dos mesmos, aumentando a entropia do processo e criando inúmeras candidaturas inválidas. Nesse sentido, parece-nos de todo imprescindível que os dados essenciais do perfil habilitacional e profissional dos candidatos sejam previamente validados no momento do registo como candidato. Por outro lado, parece-nos que nada obsta a que todos os horários de um mesmo Grupo de Recrutamento sejam incluídos numa única oferta.

A este propósito, por se tratar de matéria de relevância superior e com forte impacto, solicita-se à CAL o envolvimento no sentido da superação destas dificuldades em tempo útil e capaz de libertar o próximo ano lectivo destes impactos negativos.



***Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Acompanhamento Local***  
***Professor Doutor Joaquim Azevedo***

*Isto é o essencial do que importa reportar, para as finalidades previstas no Art. 8º da Portaria nº 1260/2007, de 26 de Setembro, sem prejuízo da prestação de todos os esclarecimentos adicionais que a Comissão de Acompanhamento Local a que superiormente preside entenda necessários ou pertinentes, para efeitos de posterior divulgação pública.*

Caldas das Taipas, 20 de Dezembro de 2010.

O Director da  
Escola Secundária de Caldas das Taipas

---

(José Augusto Ferreira Araújo)

## **Relação de Anexos**

Anexo 01 - Quadro dos Indicadores de Monitorização.

Anexo 02 - Turmas e Alunos 2009-10.

Anexo 03 - Resultados Finais dos Alunos do 3ºCEB.

Anexo 04 - Resultados Finais dos Alunos do 9ºAno.

Anexo 05 - Resultados Finais dos Alunos do Ensino Secundário.

Anexo 06 - Resultados Finais dos Alunos do 10ºAno.

Anexo 07 - Resultados Finais dos Alunos do 11ºAno.

Anexo 08 - Resultados Finais dos Alunos do 12ºAno.

Anexo 09 - Turmas e Alunos 2010-11.

Anexo 10 – Médias dos Alunos Internos nos Exames Nacionais.

Anexo 11 - ESCT - Acesso Ensino Superior 2010 – 1ª Fase.

Anexo 12 - Síntese Resultados Finais 2009-10 MISI.

Anexo 13 - Taxas de Execução das Aulas Previstas.

Anexo 14 – Evolução das Certificações de Adultos.

Anexo 15 – Evolução do perfil de qualificações do PND com vínculo à ESCT.